



**PAUTA
PARA A 148ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 22 DE OUTUBRO DE 2009**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 961, de 2009, de autoria do deputado Rui Falcão. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Tribunal de Cidadania Social no Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 962, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Dr. Fuad Miguel Azem" ao trevo localizado no km 422,560 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Cafelândia.

3 - Moção nº 96, de 2009, de autoria do deputado Bruno Covas. Apela para o Conselho Nacional de Justiça no sentido de que conteste com firmeza toda e qualquer forma de censura aos meios de comunicação, especialmente a que proíbe, há mais de oitenta dias, o jornal "O Estado de São Paulo" de publicar reportagens que contenham informações da operação policial denominada "Faktor" e/ou "Boi Barrica".

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 957, de 2009, de autoria do deputado Adriano Diogo. Cria o Programa de Inspeção e Manutenção Veicular, com a finalidade de controlar as emissões de poluentes dos veículos licenciados no âmbito do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 958, de 2009, de autoria do deputado Simão Pedro. Autoriza o Poder Executivo a apresentar Plano Habitacional às famílias cujas residências serão removidas para a construção da Via Parque e do Parque Linear da Várzea do Tietê.

3 - Projeto de lei nº 959, de 2009, de autoria do deputado Simão Pedro. Institui o "Dia da Umbanda".

4 - Moção nº 95, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Aplauze a iniciativa do Vereador Luiz Carlos Pinheiros pela autoria do Projeto de Lei nº 54, de 2009, que dispõe sobre a instituição do desconto padrão de 50% (cinquenta por cento) no pagamento de taxas por instituições e/ou entidades religiosas sem fins lucrativos que realizam trabalho de cunho social no âmbito do Município de Santo André.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 953, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Monsenhor Mário Freguglia" ao viaduto localizado no km 130,5 - Sul da Rodovia Comendador Américo Emílio Romi - SP 306, em Santa Bárbara d'Oeste.

2 - Projeto de lei nº 954, de 2009, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores dos Bairros Parque Eldorado, Vista Alegre e Adjacências", em Santa Bárbara d'Oeste.

3 - Projeto de lei nº 955, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Central das Associações do Município de Urânia", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 956, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Declara de utilidade pública a "Associação Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida", na Capital.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 33, de 2009, de autoria do deputado João Caraméz e outros. Disciplina a criação de Frente Parlamentar no âmbito da Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de resolução nº 34, de 2009, de autoria do deputado Adriano Diogo. Disponibiliza ao público frequentador da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o acesso livre à rede de internet sem fio, denominada "Rede Wi-Fi".

3 - Projeto de lei nº 947, de 2009, de autoria do deputado Bruno Covas. Declara de utilidade pública a "Associação dos Renais Crônicos e Transplantados da Alta Paulista - ARTAP", em Tupã.

4 - Projeto de lei nº 948, de 2009, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Determina que as farmácias ou drogarias deverão estabelecer, entre si, sistema de plantão de funcionamento de forma a prestar atendimento ininterrupto à população.

5 - Projeto de lei nº 949, de 2009, de autoria da deputada Beth Sahnão. Obriga aos fabricantes, distribuidores, importadores, revendedores e comerciantes de lâmpadas fluorescentes situados no Estado de São Paulo a colocar à disposição dos consumidores recipientes para a sua coleta, quando descartadas ou inutilizadas.

6 - Projeto de lei nº 950, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Obriga as casas de shows, boates, salões de festas e estabelecimentos similares a exibirem em suas dependências advertência sobre o perigo da associação entre bebida alcoólica e direção no trânsito.

7 - Projeto de lei nº 951, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declarada de utilidade pública o "Grupo Escoteiro Kimball O'Hara", em Taubaté.

8 - Projeto de lei nº 952, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Dois de Outubro - Paengaba", em Cruzeiro.

9 - Moção nº 93, de 2009, de autoria da Comissão de Relações do Trabalho. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que tome as medidas necessárias para que sejam restabelecidos os pagamentos do seguro-desemprego concedido aos pescadores artesanais de Ilhabela por motivo de defeso, incluindo as parcelas indevidamente retidas.

10 - Moção nº 94, de 2009, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados e par os Líderes Partidários a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 4.053, de 2008, que dispõe sobre a alienação parental.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 938, de 2009, de autoria do deputado Luciano Batista. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes da Ilha de Santo Amaro", em Guarujá.

2 - Projeto de lei nº 939, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Prorroga os prazos fixados nos §§ 5º e 6º do artigo 7º do Decreto-Lei nº 257, de 1970, com redação alterada pelas Leis nºs 11.125, de 2002, Lei nº 11.391, de 2003, e Lei nº 12.291, de 2006, ficando reabertos por um ano (365 dias) a contar da publicação desta lei.

3 - Projeto de lei nº 940, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui incentivo fiscal a ser concedido a bares, restaurantes, casas-noturnas e similares, e aos condomínios de shoppings que incentivem a realização de eventos culturais com música ao vivo durante suas atividades e funcionamento.

4 - Projeto de lei nº 941, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Waldomiro Paulino" à ponte localizada no km 191,900 da SP 127, em Itapetininga.

5 - Projeto de lei nº 942, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Dr. Jorge Nebhan Haidar" à ponte do Rio do Turvo localizada no km 192,400 da SP 127, em Itapetininga.

6 - Projeto de lei nº 943, de 2009, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Professor Ary Pinto das Neves" à Escola Estadual no Bairro Cidade Aracy, em São Carlos.

7 - Projeto de lei nº 944, de 2009, de autoria do deputado Roberto Massafera. Declara de utilidade pública a "Comunidade Terapêutica Mais Vida de Artur Nogueira", naquele Município.

8 - Projeto de lei nº 945, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Altera a Lei nº 7.645, de 1991, para incluir dispositivo que isenta do pagamento da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos para a emissão de certificados de registro e de licenciamento de veículos motorizados objeto de coleção.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 960, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Altera o artigo 9º da Lei nº 13.286, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a alienar, ao Banco do Brasil S.A., ações de propriedade do Estado, representativas do capital

social do Banco Nossa Caixa S.A.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 891, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2010.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 635, de 2008, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Pedro Luvizotto" ao viaduto localizado no km 88+400m da Rodovia SP 127, que liga o centro da cidade ao bairro Vila Estiva, em Cerquilha.

2 - Projeto de lei nº 804, de 2008, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Basílio Giuseppe Saccon" ao viaduto localizado no km 80 + 540m da Rodovia SP 127, em Tietê.

3 - Projeto de lei nº 820, de 2008, de autoria do deputado Said Mourad. Declara de utilidade pública o "Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Comunitárias - IBEPEC", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 23, de 2009, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "Gerson de Oliveira" ao trevo de acesso localizado no km 97,300 da Rodovia Paulo Nilo Romano - SP 225, em Itirapina.

5 - Projeto de lei nº 272, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Soldado PM Marcos Paulo Tulino" à passarela localizada no km 126 da Rodovia SP 330, Rodovia Anhanguera, em Americana.

6 - Projeto de lei nº 366, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Prefeito André Limonta" ao dispositivo localizado no entroncamento da Via de Acesso 069-346 e a Rodovia Prefeito Fábio Talarico - SP 345, em São José da Bela Vista.

7 - Projeto de lei nº 383, de 2009, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Octávio Pedro da Silva" ao viaduto localizado na altura do km 367-Sul da Rodovia Brigadeiro Faria Lima - SP 326, em Pitangueiras.

8 - Projeto de lei nº 384, de 2009, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Vereador José Augusto Cardoso dos Santos" à passarela localizada na altura do km 47 da Rodovia Abrão Assed - SP 333, em Ribeirão Preto.

9 - Projeto de lei nº 477, de 2009, de autoria do deputado Gilson de Souza. Declara de utilidade pública a "Organização Comunitária de Aramina - OCA", em Aramina.

10 - Projeto de lei nº 593, de 2009, de autoria do deputado João Caraméz. Declara de utilidade pública a "Mãe Natureza - Movimento de Amparo Ecológico", em Barra Bonita.

11 - Projeto de lei nº 637, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Amigos de Bairro do Jardim São João", em Ferraz de Vasconcelos.

12 - Projeto de lei nº 723, de 2009, de autoria do deputado Celino Cardoso. Declara de utilidade pública a "Associação Assistencial em Saúde e Educação - CEFAC", na Capital.

13 - Moção nº 63, de 2003, de autoria do deputado Jorge Caruso. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de realizar campanha sobre a importância da circulação de moedas, culminando com a edição de dispositivo que determine a obrigatoriedade do troco, sendo proibida sua substituição por gêneros, tais como balas, chicletes e caixas de fósforo.

14 - Moção nº 94, de 2003, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional a fim de contemplar os municípios na reforma tributária, dando autonomia aos mesmos quanto à destinação de seus recursos.

15 - Moção nº 85, de 2008, de autoria da deputada Célia Leão. Apela para os Srs. Presidente da República e do Senado Federal para que regulem as atividades das empresas de "factoring" no Brasil, deliberando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n. 3.615, de 2000, em trâmite no Senado Federal sob o número PLC 13, de 2007.

16 - Moção nº 30, de 2009, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Apela para os Srs. Presidente da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que determinem estudos destinados à implantação de uma política específica de incentivos para o desenvolvimento dos setores de ônibus, caminhões, tratores e máquinas agrícolas.

17 - Moção nº 54, de 2009, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela ao Sr. Presidente da República para que encaminhe às Casas competentes projeto de lei visando proibir em definitivo a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito - TAC, em seus variados moldes, pelas instituições financeiras.

18 - Moção nº 78, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Fazenda a elaboração de estudos e a adoção de providências no sentido isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI as aquisições de máquinas, equipamentos e caminhões pelos municípios com menos de cinquenta mil habitantes.